

Deliberação nº 10 – 1ª Câmara

Aprovada em 15.04.81 – Processo nº 730/80

Interessado: Márcio Aurélio Pires de Almeida

Assunto: Requer Registro da Obra “Diário de um Louco”.

Relator: Daniel da Silva Rocha

EMENTA:

Obra em domínio público pode ser adaptada dispensada qualquer autorização sendo adaptação da peça Teatral originando obra literária para ser encenada em forma de monólogo o texto adaptado será usado sem modificações. Ressalve-se que para a utilização do texto (reprodução representação) é necessário a autorização do CNDA por tratar-se de obra caída em domínio público. Como está em forma de obra literária a Biblioteca Nacional é órgão competente para o registro.

I – Relatório

Márcio Aurélio Pires de Almeida pede o registro da adaptação por ele feita do original russo de Nicolás Gogol, sob o título “DIÁRIO DE UM LOUCO”.

II – Análise

Tratando-se de obra caída em domínio público (o autor faleceu em 1852) não é necessário a autorização deste para que se traduza, adapte, arranje ou se ressalve qualquer transformação de texto em causa.

O registro de adaptação referida pode ser feita na forma como prevê a Lei nº 5.988 (art. 17) já que a mesma considera como “obras intelectuais protegidas”.

Art. 6º

XII – As adaptações, traduções e outras transformações de obras originais desde que previamente autorizadas e não lhes causando dano se apresentarem como criação intelectual nossa.

Cumpra no entanto notar que sua utilização por qualquer forma ou processo dependerá de autorização do Conselho Nacional de Direito Autoral (Lei nº 5.988 – caput VIII Art. 93 e seu parágrafo único).

O registro pleiteado é de competência da Biblioteca Nacional.

III – Voto do Relator

O registro de adaptação referida pode ser feita na forma como prevê a Lei nº 5.988 (art. 17) já que a mesma considera como “obras intelectuais protegidas”.

Art. 6º

XII – As adaptações, traduções e outras transformações de obras originais desde que previamente autorizadas e não lhes causando dano se apresentarem como criação intelectual nossa.

Cumprе no entanto notar que sua utilização por qualquer forma ou processo dependerá de autorização do Conselho Nacional de Direito Autoral (Lei nº 5.988 – caput VIII, Art. 93 e seu parágrafo único).

O registro pleiteado é de competência da Biblioteca Nacional.

Brasília, em 15 de abril de 1981

Daniel da Silva Rocha
Conselheiro Relator

IV – Decisão da Câmara

A Primeira Câmara, acompanhou, à unanimidade o voto do Relator.

Fábio Maria de Mattia
Conselheiro

Cláudio de Souza Amaral
Conselheiro